Docusign Envelope ID: D2C83B69-0650-4077-9CCF-8E238C6D8E4A

AXIS SOLAR X EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ.: 48.929.019/0001-43

Demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais)

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	12/2024	12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	27.580	2
Tributos a recuperar	76	3
Outras contas a receber	26	-
	27.681	**5**
Não circulante		
Caixa restrito	702	-
IRPJ e CSLL diferidos	1.612	617
Imobilizado	146.499	27.615
	148.813	**28.232**
Total do Ativo	**176.495**	**28.237**

Passivo e patrimônio líquido	12/2024	12/2023
Circulante		
Fornecedores	13.548	16.871
Debêntures	3.213	-
Obrigações tributárias	353	1
Arrendamentos	417	107
	17.531	**16.979**
Não circulante		
Arrendamentos	12.395	4.271
Debêntures	114.288	-
Partes relacionadas	267	2.767
	126.951	**7.038**
Patrimônio líquido		
Capital social	35.500	5.505
Prejuízos acumulados	-3.487	-1.285
	32.013	**4.220**
Total do Passivo e patrimônio líquido	**176.495**	**28.237**

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais)

	12/2024	12/2023
Receita operacional líquida	577	-
Despesas operacionais	-3.267	-1.648
Resultado antes do resultado financeiro	**-2.691**	**-1.648**
Receitas financeiras	247	13
Despesas financeiras	-753	-267
Resultado financeiro líquido	**-506**	**-254**
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	**-3.197**	**-1.902**
Diferido	995	617
Prejuízo do exercício	**-2.202**	**-1.285**

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais)

	12/2024	12/2023
Prejuízo do exercício	-2.202	-1.285
Total do resultado abrangente do exercício	**-2.202**	**-1.285**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social			
	Subscrito	A integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Constituição (14/12/2022)	**5**	**-5**	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**5**	**-5**	**-**	**-**
Aporte de capital	5.500	5	-	5.505
Prejuízo do exercício	-	-	-1285	-1.285
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**5.505**	**-**	**-1.285**	**4.220**
Aporte de capital	29.995	-	-	29.995
Prejuízo do exercício	-	-	-2.202	-2.202
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**35.500**	**-**	**-3.487**	**32.013**

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores expressos em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuízo do exercício	-2.202	-1.285
Ajustes que não afetam o caixa		
Impostos diferidos	-995	-617
Juros sobre debentures	7.710	-
Atualização e juros sobre arrendamentos	9.338	-
Depreciações e amortizações	894	262
	14.745	**-1.640**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Decréscimo/ acréscimo nas contas de ativo		
Tributos a recuperar	-73	-3
Outras contas a receber	-26	-
Caixa restrito	-702	-
Acréscimo/ (decréscimo) nas contas de passivo		
Fornecedores	-3.323	16.871
Obrigações tributárias	351	1
Arrendamentos	-	208
Caixa gerado pelas/ (aplicados nas) atividades operacionais	**10.972**	**15.437**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao imobilizado e intangível	-119.778	-23.707
Caixa gerado pelas/ (aplicados nas) atividades de investimentos	**-119.778**	**-23.707**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas	-2.500	2.767
Debentures	115.130	-
Arrendamentos	-903	-
Custos de emissão	-5.339	-
Aumentos de capital	29.995	5.505
Caixa gerado pelas/ (aplicados nas) atividades de finaciamentos	**136.383**	**8.272**
Acréscimo (decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**27.578**	**2**
No início do exercício	2	-
No final do exercício	27.580	2
	27.578	**2**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional: A Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa brasileira de energia renovável que foi constituída em 19 de novembro de 2022 e tem como objetivo oferecer aos seus clientes uma alternativa economicamente vantajosa e ecologicamente correta para a produção e o consumo de energia elétrica, transformando tanto a conta de luz de seus clientes como a Companhia em que vivemos. Conforme ata de assembleia realizada em 24 de novembro de 2023 e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) em 06 de dezembro de 2023, a empresa foi transformada em sociedade anônima. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha 12 ativos em fase de construção, totalizando 36,14MWp1. A Administração, entende que a Companhia está apta a gerar lucros futuros, já que nos primeiros anos de operação é esperado o prejuízo levando em consideração que os níveis de endividamento da Companhia são elevados, e que com a amortização das dívidas os juros reconhecidos no resultado diminuem naturalmente, e com isso passe a gerar lucros de forma recorrente, dada a longevidade de seus contratos atuais com os clientes. Os acionistas da Companhia se comprometem a aportar recursos financeiros para honrar os compromissos financeiros de curto prazo, notadamente o pagamento das debêntures, na eventual situação de não geração de caixa pelas atividades operacionais. Não há conhecimento de quaisquer incertezas materiais que possam levantar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia, portanto, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia. **2. Resumo das principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: a) Declaração de conformidade e base de preparação:** As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **b) Demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pela Diretoria em 20 de março de 2025. **c) Moeda funcional e de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R$). Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando disposto de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas contábeis adotadas no Brasil determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações a respeito de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes, determinação das taxas de depreciação de ativos do imobilizado e de amortização de ativos intangíveis, provisões para perdas decorrentes de passivos contingentes , perdas relacionadas às contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **(i) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **(ii) Tributos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de tributos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Tributo diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **(iii) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **3. Resumo das principais políticas contábeis: 3.1. Classificação de ativos e passivos, circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados no circulante quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados no não circulante. Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Reconhecimento e mensuração:** A Companhia reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos ou passivos financeiros básicos são reconhecidos pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Se o acordo constitui uma transação financeira, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros com base no valor presente dos pagamentos futuros, descontados pela taxa de juros de mercado para instrumento de dívida semelhante. **3.3. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Empresa são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros ativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Empresa são: contas a pagar a fornecedores nacionais, adiantamentos de clientes, partes relacionadas e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía outros investimentos que não os ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atenderem a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor de mercado. **3.5. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo histórico. O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis a fim de que o ativo esteja em condições de uso. O custo do ativo imobilizado será reduzido por depreciação acumulada do ativo. Os gastos subsequentes são capitalizados ao valor contábil do ativo imobilizado ou reconhecidos como um componente separado do ativo imobilizado somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia e o custo do ativo possa ser avaliado com confiabilidade. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado do período conforme incorridos. A Companhia ainda não possui usina em operação e por esse motivo, não demonstra depreciação acumulada nos bens. **3.6. Fornecedores e outras contas a pagar:** As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **3.7. Custo:** O custo operacional dos negócios da Companhia compreende a depreciação do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos das usinas fotovoltaica), os arrendamentos e serviços de terceiros relacionados, principalmente, a manutenção. **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** A Companhia reconhece no resultado do exercício as despesas do imposto de renda e da contribuição social. As despesas são calculadas com base em leis e regras tributárias vigentes na data de preparação do balanço patrimonial, com base no regime do lucro real. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 9%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, da base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. **3.9. Apuração do resultado:** O resultado foi apurado segundo o regime de competência. **3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Rodrigo Teixeira Marcolino - Diretor | **Luiz Augusto Pacheco e Silva** - Diretor
Eduardo Romão da Silva – Contador CRC: 1SP195.618/O-0

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores da **Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Axis Solar X Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia" ou "Axis Solar X")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Axis Solar X** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2025.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. CRC 2 SP 013846/O-1
Thiago Gonçalves Marques - Contador CRC 1 SP 254881/O-8

DocuSigned by
GAZETA DE S.PAULO
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 29513948889
Data/Hora da Assinatura: 16/04/2025 20:28:09 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
5146939EFE414F8...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *https://publicidadelegal.gazetasp.com.br*